

Do Selo resulto
para a qualidade.



VALSOUSA

Prestação de Contas Consolidadas

Ano 2025

Relatório Financeiro

Aprovado em
reunião do Conselho de Administração
de 29 julho 2026

É uma entidade que é controlada por outra entidade.

Perímetro de consolidação:

Abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações financeiras consolidadas

São as demonstrações financeiras de um grupo público em que os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das suas entidades controladas são apresentadas como se de uma única entidade se tratasse, o Grupo Público.

Grupo Público

Consiste na entidade que controla e as entidades controladas. Um grupo público pode incluir entidades com objetivos sociais e outras com objetivos económicos.

Diferenças de consolidação:

São as diferenças entre o valor das participações financeiras e a percentagem que representam dos capitais das entidades controladas, podendo-se decompor em diferenças de avaliação e em diferenças de aquisição.

Método de Consolidação

Este método consiste na integração no Balanço e na Demonstração de Resultados, da entidade consolidante dos elementos respectivos do Balanço e das Demonstrações dos Resultados das entidades consolidadas.

Haverá lugar à eliminação dos investimentos financeiros e ao apuramento das diferenças de consolidação.

2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras participadas

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do Capital Detido em 2022	Obs.
Associação de Municípios do Vale do Sousa	Praça D. António Meireles nº 45, 4620-130 - Lousada	Atividades nas seguintes áreas: Promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental; Conceção e execução de projetos de valorização dos recursos do Vale do Sousa; Proteção e promoção do património histórico, cultural e turístico do Vale do Sousa e o Desenvolvimento da Sociedade do conhecimento no Vale do Sousa.			a)
AMBISOUSA, EIM	Avenida Sá e Melo nº 30 Cristelos, 4620-151 - Lousada	Exploração da atividade de recolha, transferência, tratamento e deposição de resíduos sólidos, de tratamento e rejeição de efluentes e de limpeza pública, na área abrangida pela AMVS.	AMVS	100,00%	b)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 1 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, daqui em diante AMVS.

b) Entidade controlada a 100% pela Associação de Municípios do Vale do Sousa, daqui adiante AMBISOUSA

Em relação às entidades incluídas no perímetro da consolidação, apresenta-se de seguida o quadro com o número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício económico de 2025, repartido por categorias:

Entidade	Categoria	Nº Trabalhadores Ano 2024	Nº Trabalhadores Ano 2025
Associação de Municípios do Vale do Sousa	Total	22	24
	Dirigentes Superiores de 1º Grau	1	1
	Dirigentes Intermédios de 1º Grau	0	1
	Dirigentes Intermédios de 2º Grau	0	1
	Chefes de Equipa Multidisciplinar	2	2
	Técnicos Superiores	10	9
	Informático	2	2
	Assistentes Técnicos	3	4
	Assistentes Operacionais	4	4
AMBISOUSA, EIM	Total	125	130
	Administrador Executivo	1	1
	Responsável Departamento	4	5
	Engenheiro Ambiente	1	0
	Técnico Sup. Exploração e Valorização	1	0
	Encarregado	3	3
	Auxiliar de Encarregado/Sub Encarregado	2	2
	Administrativos/ Assistentes técnicos	6	7
	Jurista	1	1
	Contabilista Certificado	1	0
	Operadores de Triagem/ Aterro/CVE/AO	80	81
	Rececionista	1	1
	Manobreadores	4	4
	Motoristas	16	19
	Chefes de equipa	2	2
	Técnico Superior	1	1
	Gestor de Frota	1	1
Total Grupo		147	154

Não existem entidades excluídas de consolidação.

3. Demonstrações Financeiras consolidadas

Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas compreende:

1. Um balanço consolidado;
2. Uma demonstração de resultados consolidados por natureza,
3. Uma demonstração das alterações no património líquido consolidado;
4. Uma demonstração de Fluxos de Caixa consolidado; e
5. Anexo às demonstrações Financeiras consolidadas.

1. Balanço Consolidado

1. Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2025

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2025	31.12.2024
ATIVO			
Ativo não corrente		35 358 521,70 €	31 168 619,60 €
Ativos fixos tangíveis	(5)	33 321 949,94 €	30 529 102,68 €
Ativos intangíveis	(3)	2 036 571,76 €	612 565,92 €
Participações financeiras		0,00 €	26 951,00 €
Outros Investimentos Financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativo corrente		13 792 707,94 €	10 801 245,55 €
Inventários	(10)	216 940,77 €	255 948,49 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	(23.1.1)	526 532,85 €	938 569,43 €
Clientes, contribuintes e utentes	(23.1.2)	3 147 062,97 €	3 272 069,76 €
Estado e Outros entes Públicos	(23.1.3)	654 641,10 €	0,00 €
Outras contas a receber	(23.1.4)	262 758,01 €	284 679,14 €
Diferimentos	(23.1.5)	31 440,29 €	26 618,92 €
Outros Investimentos Financeiros	(18)	26 951,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos	(23.1.6)	8 926 380,95 €	6 023 359,81 €
Total Ativo		49 151 229,64 €	41 969 865,15 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital	(23.3)	7 238 131,62 €	7 238 131,62 €
Reservas	(23.3)	2 975 754,50 €	2 922 292,60 €
Reservas Livres		0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	(23.3)	14 958 218,78 €	10 765 750,79 €
Ajustamentos em ativos financeiros	(23.3)	0,00 €	0,00 €
Outras variações no património líquido	(23.3)	2 568 650,76 €	2 586 116,09 €
Resultado líquido do período		955 719,95 €	1 262 985,66 €
Total Património Líquido		28 696 475,61 €	24 775 276,76 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		7 409 736,08 €	3 150 000,22 €
Provisões	(15)	5 634 915,58 €	3 104 840,58 €
Outras contas a pagar	(23.2.1)	1 774 820,50 €	45 159,64 €
Passivo corrente		13 045 017,95 €	14 044 588,17 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00 €	0,00 €
Fornecedores	(23.2.2)	3 890 156,33 €	2 181 384,57 €
Estado e outros entes públicos	(23.2.3)	347 921,94 €	456 301,16 €
Financiamentos Obtidos	(23.2.4)	750 871,99 €	6 489 132,62 €
Outras contas a pagar	(23.2.5)	8 056 067,69 €	4 917 769,82 €
Total Passivo		20 454 754,03 €	17 194 588,39 €
Total Património Líquido e Passivo		49 151 229,64 €	41 969 865,15 €

2. Demonstração de Resultados Consolidados por Natureza

2. Demonstração de Resultados por naturezas Consolidados do período findo em 31 de dezembro de 2025

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Vendas	(23.4.1)	4 968 984,77 €	2 967 288,09 €
Prestações de serviços e concessões	(23.4.2)	7 607 319,69 €	6 005 146,02 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	(23.4.3)	3 052 773,58 €	2 775 305,96 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	(23.4.4)	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10)	-679 869,33 €	-666 029,57 €
Fornecimentos e serviços externos	(23.4.5)	-5 136 547,57 €	-4 650 467,74 €
Gastos com pessoal	(18)	-3 730 759,21 €	-3 467 728,26 €
Transferências e subsídios concedidos	(23.4.6)	-39 462,56 €	-39 462,56 €
Imparidades em dívidas a receber		-262 693,95 €	0,00 €
Provisões		-60 075,00 €	-602 713,06 €
Outros rendimentos	(23.4.7)	358 361,06 €	620 008,93 €
Outros gastos	(23.4.8)	-2 564 233,29 €	-176 357,46 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 513 798,19 €	2 764 990,35 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(23.4.9)	-2 072 378,78 €	-1 020 449,44 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1 441 419,41 €	1 744 540,91 €
Juros e Gastos similares	(23.4.10)	-211 675,84 €	-98 557,50 €
Resultado antes de impostos		1 229 743,57 €	1 645 983,41 €
Impostos sobre o rendimento do período	(23.4.11)	-274 023,62 €	-382 997,75 €
Resultado líquido do período		955 719,95 €	1 262 985,66 €

3. Demonstração das alterações no património Líquido consolidado

3. Demonstração consolidada das Alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2025

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Património Líquido
	Capital / Património Realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Variações no património próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	7 238 131,62	2 922 292,60	0,00	10 765 750,79	0,00	2 586 116,09	1 262 985,66	24 775 276,76	24 775 276,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas									
Aplicação de resultado líquido				1 262 985,66		-1 262 985,66	1 262 985,66		0,00

Realização do excedente de revalorização									
Excedentes de revalorização e respetivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	0,00	53 461,90	0,00	2 929 482,33	0,00	-17 465,33	0,00	2 965 478,90	2 965 478,90
2	0,00	53 461,90	0,00	4 192 467,99	0,00	-17 465,33	-1 262 985,66	2 965 478,90	2 965 478,90
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3							955 719,95	955 719,95	955 719,95
RESULTADO INTEGRAL 4=2 + 3							-307 265,71	3 921 198,85	3 921 198,85
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital / Património									
Entradas para coberturas de perdas									
Outras operações									
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N 6=1+2+3+5	7 238 131,62	2 975 754,50	0,00	14 958 218,78	0,00	2 568 650,76	955 719,95	28 696 475,61	28 696 475,61

4. Fluxos de caixa consolidado

4. Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2025

Rubricas	Notas	DFC - Consolidadas	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		16 986 249,14 €	13 937 673,77 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		3 360 916,14 €	2 575 277,45 €
Pagamentos a fornecedores		-8 895 501,57 €	-6 179 412,49 €
Pagamentos ao pessoal		-3 226 851,27 €	-2 360 862,67 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-39 462,56 €	-39 342,56 €
Caixa gerada pelas operações		8 185 349,88 €	7 933 333,50 €
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		-730 291,58 €	-26 054,68 €
Outros recebimentos/pagamentos		-3 891 192,36 €	-4 277 721,16 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3 563 865,94 €	3 629 557,66 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-155 457,94 €	-8 586 780,58 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €

Pagamentos - Investimentos Financeiros		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos Fixos Tangíveis		0,00 €	4 800,00 €
Recebimentos - Investimentos Financeiros		0,00 €	2 000,00 €
Recebimentos - Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Subsídios de investimento		263 696,91 €	818 765,95 €
Recebimentos - Transferências de capital		112 803,21 €	350 327,49 €
Juros e Rendimentos similares		21,49 €	63,54 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		221 063,67 €	-7 410 823,60 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	6 485 325,41 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-660 459,93 €	
Juros e Gastos similares		-220 141,93 €	-101686,04
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-880 601,86 €	6 383 639,37 €
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2 904 327,75 €	2 602 373,43 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		6 022 052,60 €	6 119 134,90 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		8 926 380,95 €	6 023 359,81 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		6 022 052,60 €	6 119 134,90 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		459 110,36 €	554 885,45 €
SGA De execução orçamental		497 985,56 €	497 985,56
SGA De operações de tesouraria		45 159,54 €	56 899,89
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		8 926 380,95 €	6 023 359,81 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		399 638,45 €	
SGS De execução orçamental		358 182,81 €	
SGS De operações de tesouraria		8 568 198,14 €	

O perímetro de consolidação da Associação de Municípios abrange uma entidade de natureza empresarial que não está obrigada legalmente à elaboração de documentos previsionais e de prestação de contas de natureza orçamental em termos idênticos ao previsto no SNC-AP.

Tal situação dificulta a elaboração do referido Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais, pois a informação da AMBISOUSA, teria de ser preparada especificamente para esta finalidade, o que acarretaria elevados custos.

5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

As notas agora apresentadas seguem o estabelecido na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, no que se refere ao Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e sua sequência numérica. As notas às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o nº de ordem.

Outras Informações consideradas relevantes

Informações relativas aos procedimentos de consolidação

- Obtiveram-se as demonstrações financeiras individuais da AMBISOUA que concorre para o perímetro de consolidação assim como os detalhes contabilísticos de todos os saldos e transações realizados entre elas.

Relativamente à anulação do investimento financeiro, não foi apurada qualquer diferença de consolidação.

- Nas suas demonstrações financeiras individuais, a AMVS adota o método da equivalência patrimonial (MEP) para a valorização dos seus investimentos financeiros na AMBISOUA, EIM.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se valorizados pelo método de custo de aquisição.

Informações relativas aos compromissos

- As responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, são as seguintes:

Grupo Autárquico			Ano 2025
Entidade	Beneficiário	Finalidade	Valor
1	2	3	4
AMBISOUA, EIM	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 3/2006/INR	18 750,00
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 11/2006/INR	18 750,00
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 01/2010/CCDRN	15 875,17
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Renovação Licença de exploração nº 11/2006/INR	134 000,00
Total			187 375,17

Informações relativas às remunerações aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções

Grupo Autárquico		Ano: 2025			Observações
		Unidade: Euro			
Situação na Entidade	Designação	Associação de Municípios do Vale do Sousa	AMBISOUSA, EIM	Total	Período de responsabilidade
Presidente	Nuno Alexandre Martins da Fonseca	a)		0,00	01.01.2025 a 25.11.2025
Membro					25.11.2025 a 31.12.2025
Vice-Presidente	José Duarte de Sousa e Rocha	a)		0,00	01.01.2025 a 25.11.2025
Membro	Pedro Daniel Machado Gomes	a)		0,00	01.01.2025 a 25.11.2025
Membro	Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito	a)		0,00	01.01.2025 a 07.04.2025
Membro	José Alexandre da Silva Almeida	a)		0,00	01.01.2025 a 31.12.2025
Membro	Antonino Aurélio Vieira de Sousa	a)		0,00	01.01.2025 a 25.11.2025
Presidente do Conselho de Administração	Antonino Aurélio Vieira de Sousa		a)	0,00	01.01.2025 a 25.11.2025
Vogal do Conselho de Administração	Nuno Alexandre Martins da Fonseca		a)	0,00	01.01.2025 a 25.11.2025
Vogal do Conselho de Administração	José Alexandre da Silva Almeida		a)	0,00	01.01.2025 a 25.11.2025
Presidente do Conselho de Administração					25.11.2025 a 31.12.2025
Vogal do Conselho de Administração	Pedro Miguel Santana Cepeda		a)	0,00	25.11.2025 a 31.12.2025
Vogal do Conselho de Administração	Paulo Jorge Rodrigues Ferreira		a)	0,00	25.11.2025 a 31.12.2025
Total				0,00	

a) Não remunerado.

1– Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade que controla, período de relato

Designação	AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa
NIPC	502599189
Natureza	Entidade Pública
Endereço Postal	Praça D. António Meireles nº 45
Código Postal / Localidade	4620-130 LOUSADA
Telefone	255810700
Endereço de correio eletrónico:	valsousa@valsousa.pt
Sítio na internet:	www.valsousa.pt
Tem serviços de natureza consultiva e/ ou serviços de fiscalização	não

1.2 – Legislação

Regime Financeiro	Administração Local
Regime Jurídico	Associação Municípios Fins Específicos (Direito Público)
Código de Atividade Económica (CAE)	94110
Código da classificação Orgânica	084113 – Administração Local – Entidade Reclassificada
Tutela	Ministério da Economia e Coesão Territorial

A Valsousa foi constituída em 1989, no dia 15 de julho, encontra-se sediada em Lousada e congrega as vontades dos seis Municípios associados: Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. Articuladamente intervém numa dimensão supramunicipal, em todas as áreas do desenvolvimento, estando institucionalmente capacitada para proceder a uma abordagem global e integrada das problemáticas inerentes ao território e à qualidade de vida das populações, podendo ainda viabilizar práticas de concertação, de negociação e de cooperação institucional, de forma a enquadrar e concretizar as políticas e os projetos que visam promover o desenvolvimento local, principalmente ao nível de acessibilidades, saneamento básico, turismo, fomento económico, educação, cultura, desporto e ação social.

Publicação dos estatutos no DR nº 88, III série de 15 de abril de 1994, com alterações publicadas no DR nº 262, III série de 13 de novembro de 2000.

1.3 – Participações da Entidades

A Associação de Municípios do Vale do Sousa detém a 100% uma empresa intermunicipal, denominada AMBISOUSA, EIM criada para tratamento e gestão de resíduos sólidos urbanos do Vale do Sousa.

1.4 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

- As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo em conta a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das demonstrações financeiras de acordo com Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e a NCP22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas
- Sempre que o SNC-AP não contemple o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, é feita a integração de lacunas de acordo com o Artigo 13º do DL nº 192/2015 de 11 de setembro.
- A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos.
- As notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, não obstante, a ordem numérica das mesmas mantém-se impreterivelmente.
- A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental não foi aplicada uma vez que a entidade controlada aplica o SNC e como tal não tem de elaborar Demonstrações Orçamentais o que impede a consolidação.
- A NCP 27 – Contabilidade de Gestão não foi aplicada uma vez que a Contabilidade de Gestão não foi ainda implementada.
- Não há lugar a descentralização contabilística.
- Desagregação dos valores inscritos em Caixa e Depósitos:

Conta	Grupo
Caixa	158,57 €
Depósitos à ordem	8 879 766,74 €
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00 €
Depósitos bancários à Ordem	8 879 766,74 €
Depósitos a prazo	5 000,00 €
Depósitos consignados	41 455,64 €
Depósitos de garantias e cauções	41 455,64 €
TOTAL	8 926 380,95 €

O total dos montantes em caixa e depósitos, é de 8.926.380,95€. Dos montantes existentes em depósitos, 41.455,64€ não estão disponíveis para mobilização, correspondendo aos depósitos de Garantias e Cauções prestadas pelos fornecedores resultantes de uma imposição legal para assegurar a proteção da entidade perante o incumprimento do contrato. O montante de 8.879.766,74€ corresponde aos valores de depósitos à ordem que podem ser imediatamente mobilizáveis. Existe um montante de 5.000,00€ definido como depósito a prazo. Não existem depósitos à ordem no Tesouro. O valor em caixa é residual e de 158,57€.

Em relação ao período homologado existe um aumento de 48,20% no valor de Caixas e Depósitos.

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas de acordo com a NCP em toda a sua extensão.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato, 31 de dezembro de 2023, com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de ativos financeiros;
- Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados;
- Reconhecimento do rendimento associado às taxas;
- Especialização das taxas de execução dos projetos co-financiados.

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo em conta os princípios da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto no SNC-AP, as políticas contabilísticas adotadas foram as seguintes:

Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para alugar a terceiros, ou para uso administrativo. Espera-se que estes bens com substância física sejam usados por mais de um período de relato. São exemplos de Ativos Fixos (quer de domínio público, quer de domínio privado) o Equipamento militar, Infraestruturas, bens do património histórico.

O Tratamento contabilístico aos ativos fixos tangíveis está definido na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta Norma define o âmbito da aplicação, o reconhecimento, a mensuração no reconhecimento, a mensuração do custo a mensuração subsequente e o desreconhecimento.

Os ativos fixos tangíveis da Valsousa, encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os Ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com as taxas do Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento, que substituiu a Portaria nº 671/200, de 17 de abril, que aprovou o CIBE.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, utilizando o método da linha reta, sendo as seguintes as taxas médias

Ativos Fixos Tangíveis	Anos de Vida Útil	Taxas
Edifícios e Outras Construções	Entre 5 e 80 anos	1,25% a 20%
Equipamento Transporte	8 anos	12,50%
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 5 anos	20% a 33,33%
Equipamento Básico	Entre 8 e 20 anos	5%-12,5%
Outros Ativos Fixos	Entre 3 e 20 anos	12,5% a 12,5%

Ativos Intangíveis

O tratamento contabilístico a dar aos ativos fixos intangíveis, vem prescrito na NCP 3 – Ativos Intangíveis. Existem Ativos Intangíveis aos quais poderão ter de ser aplicadas outras normas que não a NCP3, tal como os referidos no parágrafo 3º do nº 2 da NCP3.

No caso do Grupo Público os ativos intangíveis referem-se aos custos incorridos com aquisição de software e à selagem dos aterros.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta. As taxas de amortização são as definidas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Inventários

Aos inventários aplica-se a NCP 10 - Inventários.

No caso do Grupo Público, os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição, utilizando o custo médio como método de custeio. O custo dos inventários inclui os custos de compra. Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição procede-se à redução do valor dos inventários e são constituídas perdas por imparidade.

Participações Financeiras

O Grupo Público não detém qualquer participação financeira.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros só são reconhecidos quando se tornam uma parte contratual do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- Outras Contas a receber – estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidades acumuladas, de forma a refletir o seu valor realizável à data de relato.
- Fornecedores e Outras Contas a pagar – Encontram-se mensuradas pelo método do custo. São registadas pelo seu valor nominal.
- Caixa e depósitos bancários – Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.
- Estado e Outros Entes Públicos – Os saldos ativos e passivos são apurados com base na legislação em vigor.
- Diferimentos Ativos e Passivos – esta rubrica contempla as transações e acontecimentos relativamente aos quais devam ser reconhecidos nos resultados em períodos futuros e não no período em que ocorrem.
- Rubricas do património – São classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Transferências e subsídios - Reconhecimento

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições a ele associadas; e
- O mesmo será recebido. Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Rendimento - Transações sem contraprestação

Ao reconhecimento e mensuração do rendimento das transações sem contraprestação são aplicados a NCP – 14 – Rendimento de Transações sem contraprestação

O Grupo Público, reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento.

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação é inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição.

Os rendimentos sem contraprestação do Grupo Público resultam das transferências (Correntes e capital) associadas a projetos co-financiados.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem os salários, o Subsídio de refeição, as contribuições para a Segurança Social (SS) e para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), as férias, subsídio de férias e Natal e faltas por doença pagas e as horas extraordinárias.

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gastos no período.

Especialização de exercícios

O Grupo Público regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, isto é, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC-AP, são utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam os montantes reportados nos valores do ativo e passivo, bem como dos rendimentos e gastos.

As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência de eventos passados, no melhor conhecimento existente à data de relato e de expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis.

As alterações às estimativas posteriores à data da elaboração das demonstrações financeiras serão corrigidas posteriormente. Assim os efeitos reais das transações em questão poderão ser diferentes das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

- Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis - A vida útil de um ativo, esta associada ao seu uso e deve ser revista no final de cada ano.
- Análise das imparidades de ativos financeiros - Deverá ser analisada os saldos das contas a receber a cada data de relato e ajustadas pela avaliação dos riscos estimados de cobrança.
- Estimativa de férias e subsídio de férias - Este valor é calculado tendo em conta as tabelas de remuneração existentes à data de elaboração das demonstrações financeiras individuais e tendo em conta o nº de funcionários existente.
- Especialização das taxas de execução dos projetos co-financiados - Nem sempre a execução do projeto corresponde ao aprovado, pelo que pode ser necessário ajustar as respetivas taxas bem como o reconhecimento do rendimento.

3. Ativos Intangíveis

Quadro 3.1 - Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amort. Acumuladas	Perdas por imparidades	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amort. Acumuladas	Perdas por imparidades acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	238 291,46	210 583,19	0,00	27 708,27	27 708,27	27 708,27	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	584 857,65	0,00	0,00	584 857,65	3 054 857,65	1 018 285,89		2 036 571,76
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	823 149,11	210 583,19	0,00	612 565,92	3 082 565,92	1 045 994,16	0,00	2 036 571,76

Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. internas à	Ver.	Reversões de Perdas por imparidades	Perdas por imparidades	Amortizações do Período	Diferenças cambiais	Diminui.	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+...+(9)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Programas de computador e sistemas de informação	27 708,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-27 708,27	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	584 857,65	2 470 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 018 285,89	0,00	0,00	2 036 571,76
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	612 565,92	2 470 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 045 994,16	0,00	0,00	2 036 571,76

Quadro 3.2A - Ativos Intangíveis - adições

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Doação, Herança, legado...	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+...+(9)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2 470 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 470 000,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	2 470 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 470 000,00

5. Ativos Fixos Tangíveis

Quadro 5.1 - Ativos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por impari. acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade s acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2 978 996,61	0,00	0,00	2 978 996,61	2 978 996,61	0,00	0,00	2 978 996,61
Edifícios e outras construções	17 601 174,54	11 992 516,11	0,00	5 608 658,43	17 566 268,32	12 350 033,33	81 403,29	5 297 638,28
Equipamento básico	7 277 538,14	6 157 873,25	0,00	1 119 664,89	7 273 726,64	6 566 030,02	0,00	707 696,62
Equipamento de transporte	3 214 107,79	2 288 169,54	0,00	925 938,25	4 392 352,89	2 494 733,87	29 901,24	1 927 520,26
Equipamento administrativo	1 283 754,32	1 154 403,05	0,00	129 351,27	1 322 967,31	1 192 465,37	(171,61)	130 330,33
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	4 848 045,45	4 420 858,62	0,00	427 186,83	4 934 988,46	4 552 278,76	(76 226,74)	306 482,96
Ativos fixos tangíveis em curso	19 339 306,40	0,00	0,00	19 339 306,40	21 973 284,88	0,00	0,00	21 973 284,88
Total	56 542 923,25	26 013820,57	0,00	30 529 102,68	60 442 585,11	27 155 541,35	34 906,18	33 321 949,94

Quadro 5.2 - Ativos Tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações					
		Adições	Reversões de Perdas por imparidades	Depreciações do Período	Ajustamentos Depreciações Acumuladas (Saldo inicial)	Diminuições	Quantia Escriturada Final
	(1)	(2)	(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+....+(9)
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	2 978 996,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 978 996,61
Edifícios e outras construções	5 486 555,69	0,00	0,00	-134 158,85	0,00	-101 255,63	5 251 141,21
Equipamento básico	1 128 344,95	74 600,00	0,00	-415 392,56	-1 444,28	0,00	786 108,12
Equipamento de transporte	998 419,74	1 178 245,10	0,00	-327 391,05	-30 066,27	0,00	1 819 207,52
Equipamento administrativo	138 785,14	39 212,99	0,00	-44 591,62	-2 904,61	0,00	130 501,90
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	458 694,14	86 943,01	0,00	-104 850,55	-14 571,58	-43 505,32	382 709,70
Ativos fixos tangíveis em curso	19 339 306,40	2 633 978,48	0,00	0,00		0,00	21 973 284,88
Total	30 529 102,68	4 012 979,58	0,00	-1 026 384,62	-150 242,38	-43 505,32	33 321 949,94

Quadro 5.2A - Ativos Tangíveis - adições

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência s ou troca	Doação, Herança, legado...	Doação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+...+(9)
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	74 600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74 600,00
Equipamento de transporte	0,00	1 178 245,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 178 245,10
Equipamento administrativo	0,00	39 212,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39 212,99
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	86 943,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86 943,01
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	2 633 978,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 633 978,48
Total	0,00	4 012 979,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 012 979,58

Quadro 5.2B - Ativos Tangíveis - Diminuições

Rubricas	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+...+(4)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	78 411,50	-34 906,18	0,00	0,00	43 505,32
Total	78 411,50	-34 906,18	0,00	0,00	43 505,32

Em 2025 os ativos fixos tangíveis diminuíram em 43.505,32€ e resultaram da diferença entre os ativos fixos alienados e os abatidos.

10. Inventários

As quantias escrituradas de inventários encontram-se referidas nos quadros seguintes:

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	92 816,28	0,00	92 816,28
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	124 124,49	0,00	124 124,49
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	216 940,77	0,00	216 940,77

Quadro 10.1 - Inventários - Movimentos do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos no Período							Quantia Escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações no Inventário	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)+...+(8)
Mercadorias	106 835,66	403,05	-1 964,59	0,00	0,0	0,0	-12 457,84	0,00	92 816,28
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	149 112,83	660 725,08	-677 904,74	0,00	0,00	0,0	-7 808,68	0,00	124 124,49
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	255 948,49	661 128,13	-679 869,33	0,00	0,00	0,00	-20 266,52	0,00	216 940,77

As quantias de inventários reconhecidas como gastos a 31 de dezembro foram de:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências Iniciais	106 835,66	149 112,83	255 948,49
Compras	403,05	660 725,08	661 128,13
Regularização de Existências	-12 457,84	-7 808,68	-20 266,52
Existências Finais	92 816,28	124 124,49	216 940,77
Custos no exercício	1 964,59 €	677 904,74 €	679 869,33 €

Não existem imparidades registadas em inventários.

13. Rendimentos de transações com contraprestações

Quadro 13. Rendimento de transação com contraprestação

Tipo de transação sem contraprestações	Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
	(1)	(2)
Venda de bens	4 968 984,77	0,00
Prestações de Serviços	7 607 319,69	0,00
Juros, Royalties e Dividendos	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos ou distribuições similares	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	12 576 304,46	0,00

Os rendimentos obtidos de transações com contraprestação resultam essencialmente da venda de bens e prestação de serviços realizadas pelo Grupo Público.

14. Rendimentos de transações sem contraprestações

Os rendimentos de transações sem contraprestações recebidos à data de 31 de dezembro tinham a seguinte composição:

Quadro 14. Rendimento de transação sem contraprestações

Tipo de transação sem contraprestações	Rendimento do Período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	(2)		(3)		
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos / Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições. para sistemas de proteção social e subsídios de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências sem condições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências com condição	3 303 947,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios com condição	79 388,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Legados, ofertas e doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3 383 335,70	0,00	0,00	0,00	0,00

Os rendimentos de transação sem contraprestações no montante de 3.383.335,70€ correspondem a rendimentos transferidos pela Administração Local no montante de 3.303.947,02€ (Rendimentos sem condições). Os 79.388,68€ correspondem a valores de Fundos comunitários, valores com condições.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15. Provisões

Provisão	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Quantia escriturada Final				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da Quantia	Outros aumentos	Total Aumentos	Utilizadores	Reversões	Outras diminuições	Total Diminuiçõe s	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=3+4+5	(7)	(8)	(9)	(10)=7+8+9	(11)
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	3 104 840,58	60 075,00	0,00	2 470 000,00	2 530 075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 634 915,58
Contratos Onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3 104 840,58	60 075,00	0,00	2 470 000,00	2 530 075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 634 915,58

As provisões registadas referem-se, na sua maioria, às responsabilidades com o encerramento dos aterros, explorados. Foi efetuado um reforço de provisão no montante de 60.075,00€.

Em 2025 foi efetuada uma nova avaliação da vida útil dos aterros o que aumentou as provisões do ativo intangível no montante de 2.470.000,00€

Assim, em 31.12.2025 o montante total de provisões refletidas em balanço é de 5.634.915,58€.

17. Acontecimentos após a data de relato

Não existiram acontecimentos relevantes após a data de relato, e antes das demonstrações financeiras serem autorizadas que não estejam já registadas ou divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

18. Instrumentos Financeiros
Quadro 18.1 - Ativos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada Final
		compras	Ganhos de Justo valor	Reversões de perdas por imp.	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos Financeiros mensurados ao justo valor através de Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras - Justo valor	510,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras - Custo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	26 951,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 951,00
Total	27 461,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 636,32	26 951,00

19. Benefícios dos empregados

No exercício findo a 31 de dezembro de 2025 o Grupo Público incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

Gastos com Pessoal	2025
Remunerações do Pessoal	2 779 567,82€
Encargos sobre remunerações	633 501,41 €
Seguros de Acidentes no trabalho e doenças profissionais	111 525,35 €
Outros Gastos	5 337,64 €
Outros encargos sociais	200 826,99 €
Total	3 730 759,21 €

O número de pessoas ao serviço do Grupo Público em 31 de dezembro de 2025 era de 154, com um custo de 3.730.759,21€. O Grupo público teve um aumento de 5 funcionários e um aumento de 7,59% sobre o custo de pessoal.

20. Divulgações de partes relacionadas

Não existem relações de controlo em outras entidades.

23 – Outras Notas ao Anexo das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Por se considerar relevante divulgações adicionais às definidas e elencadas na NCP 1, para efeitos de melhor compreensão dos acontecimentos ocorridos durante o ano de 2025 sobre a posição financeira e o desempenho financeiro consolidado, procede-se às seguintes divulgações em complemento:

23.1 – Detalhe das contas do Balanço – Ativo

23.1.1 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Terceiro	Designação	Saldo Final a 31.12.2025	Saldo Final a 31.12.2024	Variação	
				Absoluta	%
	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	526 532,85	938 569,43	-412 036,58	-43,90%
	Administração Local	526 532,85	896 048,66	-369 515,81	-41,24%
	Municípios	526 532,85	896 048,66	-369 515,81	-41,24%
75	Município de Lousada	65 575,78	76 712,58	-11 136,80	-14,52%
109	Município de Felgueiras	235 673,29	541 842,66	-306 169,37	-56,51%
110	Município de Penafiel	31 600,00	36 896,49	-5 296,49	-14,35%
156	Município de Paços de Ferreira	0,00	21 735,75	-21 735,75	-100,00%
438	Município de Celorico de basto	188 733,78	192 033,78	-3 300,00	-1,72%
439	Município de Cinfães	1 650,00	1 650,00	0,00	0,00%
440	Município do Marco de Canaveses	3 300,00	1 650,00	1 650,00	100,00%
453	Município de Castelo de Paiva	0,00	22 027,40	-22 027,40	-100,00%
470	Município de Resende	0,00	1 500,00	-1 500,00	-100,00%
	Fundos Comunitários	0,00	42 520,77	-42 520,77	-100,00%
1102	AD&C	0,00	42 520,77	-42 520,77	-100,00%

O montante a receber de transferências e subsídios à data de 31 de dezembro de 2025 é de 526.532,85€. Os montantes de dívidas ao Grupo Público correspondem às dívidas dos Municípios. Este montante corresponde a uma diminuição de 43,90% em relação ao ano anterior e a 412.036,58€ em termos absolutos.

23.1.2 – Clientes, Contribuintes e utentes

Designação	Saldo Final a 31.12.2025	Saldo Final a 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Clientes, contribuintes e utentes	3 147 062,97	3 272 069,76	-125 006,79	-3,82%
Clientes c/c	3 147 062,97	3 272 069,76	-125 006,79	-3,82%
Realizável até 12 meses	3 147 062,97	3 272 069,76	-125 006,79	-3,82%

O valor em dívida de clientes a 31.12.2025 é de 3.147.062,97€ e corresponde, num valor residual a vendas de produtos de merchandising da Rota do Românico e o restante de clientes do mercado nacional aos quais são prestados serviços. Em relação a 2024, houve um aumento da dívida de clientes de -3,82% a que corresponde menos 125.006,79€ em termos absolutos.

23.1.3– Estado e Outros entes Públicos

Designação	Saldo Final Credor 31.12.2025	Saldo Final Credor 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Estado e outros entes públicos	654 641,10	0,00	654 641,10	100,00%
Imposto sobre o rendimento	360 364,56	0,00	360 364,56	100,00%
Imposto sobre o valor acrescentado	294 276,54	0,00	294 276,54	100,00%

23.1.4 – Outras contas a receber

Designação	Saldo Final a 31.12.2025	Saldo Final a 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Outras Contas a Receber	262 758,01	284 679,14	-21 921,13	-7,70%
Devedores por acréscimos de rendimentos	99 432,79	189 156,06	-89 723,27	-47,43%
Outros devedores e credores	163 325,22	95 523,08	67 802,14	70,98%

O montante das outras contas a receber de 262.758,01€ corresponde ao montante dos outros acréscimos de rendimentos, resultante da regularização de rendimentos já reconhecido nos anos anteriores, no montante de 99.432,79€ cujo recebimento ocorreu em 2025 e de outros devedores, no montante de 163.325,22€. O valor das Outras contas a receber diminuiu em 7,70% de 2024 para 2025 a que corresponde um valor absoluto de menos 21.921,13€.

23.1.5 – Diferimentos

Designação	Saldo Final a 31.12.2025	Saldo Final a 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Diferimentos	31 440,29	26 618,92	4 821,37	18,11%
Gastos a reconhecer	31 440,29	26 618,92	4 821,37	18,11%
Outros	31 440,29	26 618,92	4 821,37	18,11%

Os gastos a reconhecer em 2025 aumentaram em 18,11% quando comparados com o ano de 2024 e corresponde a 4.821,37€ em termos absolutos.

23.1.6 – Caixa e Depósitos

Designação	Saldo Final 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
MEIOS FINANCEIROS LIQUIDOS	8 926 380,95	6 023 359,81	2 903 021,14	48,20%
Caixa	158,57	171,24	-12,67	-7,40%
Caixa A - Sede	93,57	49,23	44,34	90,07%
Caixa B - Penafiel	65,00	100,00	-35,00	-35,00%
Depósitos à ordem	8 879 766,74	5 978 028,93	2 901 737,81	48,54%
Depósitos bancários à Ordem	8 879 766,74	5 978 028,93	2 901 737,81	48,54%
Caixa Geral de Depósitos	358 182,81	584 591,61	-226 408,80	-38,73%
Novo Banco	3 508 497,17	5 189 381,50	-1 680 884,33	-32,39%
Montepio Geral	4 590 342,94	610,48	4589732,46	751823,56%
Caixa de Crédito Agrícola	422 743,82	203 445,34	219 298,48	107,79%
Outros Depósitos	46 455,64	45 159,64	1 296,00	2,87%
Depósitos bancários a prazo	5 000,00	0,00	5 000,00	100,00%
Banco BES	5 000,00	0,00	5 000,00	100,00%
Depósitos de garantias e cauções	41 455,64	45 159,64	-3 704,00	-8,20%

Os Meios financeiros líquidos, do Grupo Público, aumentaram em cerca de 48,20% de 2024 para 2025 o que se traduz em mais 2.903.021,14€.

23.2 – Detalhe das contas do Balanço – Passivo

23.2.1 – Outras Contas a pagar

O montante de outras contas a pagar refere-se às cauções existentes e por liberar no montante de 1.774.820,50€.

Designação	Saldo Final 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Cauções	1 774 820,50	45 159,64	1 729 660,86	3830,10%
Recebidas de terceiros	1 774 820,50	45 159,64	1 729 660,86	3830,10%
Exigível a mais de 12 meses	1 774 820,50	45 159,64	1 729 660,86	3830,10%

23.2.2 – Fornecedores

Designação	Saldo Final 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Fornecedores	3 890 156,33	2 087 241,37	1 802 914,96	86,38%
Fornecedores c/c	3 890 156,33	2 087 241,37	1 802 914,96	86,38%
Exigível até 12 meses	3 890 156,33	2 087 241,37	1 802 914,96	86,38%

O montante da dívida do Grupo Público a diversos fornecedores a 31 de dezembro de 2025 é de 3.890.156,33€ e corresponde a um aumento de 86,38% em comparação com o ano de 2024, o que em termos absolutos corresponde a mais 1.802.914,96€.

23.2.3 – Estado e Outros entes Públicos

Designação	Saldo Final 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Estado e outros entes públicos	347 921,94	456 301,16	-108 379,22	-23,75%
Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas	274 023,62	372 618,45	-98 594,83	-26,46%
Retenção de impostos sobre rendimentos	11 858,23	7 206,45	4 651,78	64,55%
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	27 368,19	-27 368,19	-100,00%
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	62 040,09	49 108,07	12 932,02	26,33%

As dívidas ao estado no montante de 347.921,94€ referem-se à estimativa de imposto de IRC a pagar, a retenções efetuadas nos pagamentos de descontos da entidade e do trabalhador referente ao mês de dezembro, que apenas podem ser pagos no mês seguinte.

23.2.4– Financiamentos obtidos

Designação	Saldo Final 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Financiamento obtido	750 871,99	6 489 132,62	-5 738 260,63	-88,43%
Instituições de crédito e sociedades financeiras	749 179,71	6 487 825,41	-5 738 645,70	-88,45%
NOVO BANCO - Cartão crédito	1 692,28	1 307,21	385,07	29,46%

O montante de 750.871,99€ de financiamento, corresponde a um valor de financiamento do imobilizado e do cartão de crédito.

23.2.5 – Outras contas a pagar

Designação	Saldo Final 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Outras Contas a pagar	8 056 067,69	4 917 769,82	3 138 297,87	63,82%
Credores por acréscimos de gastos	641 046,68	264 104,14	376 942,54	142,72%
Remunerações a Liquidar	504 009,57	98 258,50	405 751,07	412,94%
Outros acréscimos de gastos	137 037,11	165 845,64	(28 808,53)	-17,37%
Outros	128 285,26	45 159,64	83 125,62	184,07%
Outras entidades	7 286 735,75	4 608 506,04	2 678 229,71	58,11%

As outras contas a pagar, no montante de 8.056.067,69€, referem-se aos credores por Acréscimos de gastos, nomeadamente ao pagamento das remunerações de férias e estimativas de férias que ocorre em 2026, mas cujo custo deve ser reconhecido em 2025 no montante de 504.009,57€ e o restante a Outros credores por acréscimos. As Outras entidades correspondem a credores diversos tais como : Projeto “Tampinhas e Embalagens”; Autoridade Nacional de Resíduos; Fornecedores de investimentos e ainda outros credores diversos.

23.3 – Análise às Contas do Património Líquido

O total do Património Líquido da Valsousa à data de 31 de dezembro de 2025 é de 28.696.475,61€ e está decomposto da seguinte forma:

Designação	Saldo Final 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2024
51 - Património	7 238 131,62	7 238 131,62
55 - Reservas	2 975 754,50	2 922 292,60
56 - Resultados transitados	14 958 218,78	10 765 750,79
57 - Ajustamentos em Ativos Financeiros	0,00	0,00
59 - Outras Variações no património Líquido	2 568 650,76	2 586 116,09
Resultados Líquidos	955 719,95	1 262 985,66
Total	28 696 475,61	24 775 276,76

- Património – 7.238.131,62€ corresponde ao balanceamento de abertura resultante da aplicação pela primeira vez do POCAL.

- Reservas – 2.975.754,50€.

- Resultados transitados – 14.958.218,78€ corresponde ao saldo da conta de resultados de anos anteriores e respetivos ajustamentos.

- Outras variações no património Líquido – 2.568.650,76€ resultam da regularização às contas de transferências e subsídios de capital e das doações.

- Resultados Líquidos – 955.719,95€. O Grupo Público apresenta resultados líquidos positivos. Este montante resulta do balanceamento dos Gastos e Rendimentos ocorridos em 2025.

23.4 – Detalhe das Contas de Demonstração de Resultados Consolidados

23.4.1 – Vendas

Designação	Saldo Final a 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Vendas	4 968 984,77	2 967 288,09	2 001 696,68	67,46%

O total das vendas do Grupo Público ocorridas em 2025 foi de 4.968.984,77€. Houve um aumento das vendas de 64,46% a que corresponde a mais 2.001.696,68€ principalmente de reciclados.

23.4.2 – Prestação de Serviços e Concessões

Designação	Saldo Final a 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Prestações de serviços e concessões	7 607 319,69	6 005 146,02	1 602 173,67	26,68%

As prestações de serviços do Grupo Público ocorridas durante o ano de 2025, no montante de 7.607.319,69€ tiveram um aumento de 26,68% em relação ao ano anterior e correspondem a um aumento em termos absolutos de 1.602.173,67€ resultando essencialmente do incremento na rubrica de deposição de resíduos.

23.4.3 – Transferências e subsídios correntes obtidos

O montante de transferências e Subsídios correntes obtidos, de 3.052.773,58€ correspondem ao valor das quotas, para funcionamento da AMVS, para a Rota do Românico, para o Vale do Sousa Digital, para as Juntas de freguesia e Recolha de RU, emitidas, aos Municípios, 2.832.644,00€, à CIMTS 15.780,00€ cujos rendimentos foram reconhecidos em 2025. Traduz-se num aumento de 10%.

Designação	Saldo Final a 31.12.2025	Saldo Final a 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Transferências correntes	3 052 773,58	2 775 305,96	277 467,62	10,00%
Administrações Públicas	2 848 444,00	2 749 575,51	98 868,49	3,60%
Administração Local	2 848 444,00	2 749 575,51	98 868,49	3,60%
Associações de Municípios	15 780,00	14 979,60	800,40	5,34%
Municípios	2 832 664,00	2 734 595,91	98 068,09	3,59%
Município de Castelo de Paiva	98 439,21	119 881,00	-21 441,79	-17,89%
Município de Felgueiras	1 415 096,07	1 411 116,57	3 979,50	0,28%
Município de Lousada	858 949,67	698 676,15	160 273,52	22,94%
Município de Paços de Ferreira	108 760,00	124 957,23	-16 197,23	-12,96%
Município de Paredes	106 988,53	132 882,63	-25 894,10	-19,49%
Município de Penafiel	125 630,52	128 282,33	-2 651,81	-2,07%
Outros Municípios	118 800,00	118 800,00	0,00	0,00%
Resto do Mundo	204 329,58	0,00	204 329,58	100,00%
Subsídios à Exploração	0,00	25 730,45	-25 730,45	-100,00%

23.4.4 - Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos

O saldo é nulo, resultante dos ajustamentos efetuados.

23.4.5 – Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica no montante de 5.136.547,57€, decompõe-se da seguinte forma:

Designação	Saldo Final a 31.12.2025	Saldo Final a 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Fornecimentos e serviços externos	5 136 547,57	4 650 467,74	486 079,83	10,45%
Serviços especializados	2 771 884,42	2 095 503,25	676 381,17	32,28%
Materiais de consumo	6 522,37	77 270,85	-70 748,48	-91,56%
Energia e fluidos	221 464,66	186 566,32	34 898,34	18,71%
Deslocações, estadas e transportes	6 295,70	5 575,62	720,08	12,91%
Serviços diversos	2 130 380,42	2 285 551,70	-155 171,28	-6,79%

Ocorreu um aumento de gastos de 10,45% no montante dos Fornecimentos e Serviços Externos em relação ao ano de 2024, sendo a componente referente a “Serviços especializados” e “Energia e Fluidos” as que apresentam o maior aumento percentual seguida da rubrica “Deslocações, estadas e

transportes “. Ocorreu uma diminuição acentuada quer em termos percentuais quer em termos absolutos na rubrica referente a “Matérias de consumo”

23.4.6 – Transferências e Subsídios concedidos

Designação	Saldo Final 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Transferências e subsídios concedidos	39 342,56 €	39 342,56 €	0,00	0,00%
Transferências correntes concedidas	39 342,56 €	39 342,56 €	0,00	0,00%
Administração Local	30 562,56 €	30 562,56 €	0,00	0,00%
Freguesias	30 562,56 €	30 562,56 €	0,00	0,00%
Outros setores institucionais	8 780,00 €	8 780,00 €	0,00	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	8 780,00 €	8 780,00 €	0,00	0,00%

Durante o ano de 2025, tal como no ano anterior, o Grupo Público reconheceu como gasto o montante de subsídios correntes concedidos de 39.342,56€, afetos às Juntas de Freguesia, para cumprimento dos protocolos existentes com as Juntas de Rio Mau, Sebolido e Lustosa, pela utilização dos aterros e o reconhecimento do gasto com o pagamento das quotas de associado à Transromânica e Turismo do Porto e Norte. Mantém desta forma os mesmos montantes do ano anterior.

23.4.7 – Outros Rendimentos

Designação	Saldo Final a 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Outros rendimentos	358 361,06	620 008,93	-261 647,87	-42,20%
Rendimentos suplementares	0,00	1 397,22	-1 397,22	-100,00%
Ganhos em inventários	8 000,00	597,50	7 402,50	1238,91%
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas	0,00	1 490,00	-1 490,00	-100,00%
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	12 537,28	-12 537,28	-100,00%
Outros	79 704,03	95 380,17	-15 676,14	-16,44%
Imputação de subsídios para investimentos	251 173,44	508 543,22	-257 369,78	-50,61%
Juros, dividendos e outros rendimentos	0,00	63,54	-63,54	-100,00%

O valor dos outros rendimentos no montante de 358.361,06€ é justificado essencialmente pela especialização referente aos subsídios de investimento de bens financiados e de correções relativas a períodos anteriores derivada do excesso de estimativa de férias e subsídio de férias.

23.4.8 – Outros gastos

Designação	Saldo Final a 31.12.2024	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Outros Gastos	2 564 233,29 €	176 357,46 €	2 387 875,83	1354,00%
Impostos	43 984,49 €	63 377,02 €	-19 392,53	-30,60%
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas	2 451 235,79 €	0,01 €	2 451 235,78	24512357800,00%
Perdas em inventários	12 457,84 €	640,16 €	11 817,68	1846,05%
Correções relativas a períodos anteriores	6 210,27 €	48 912,98 €	-42 702,71	-87,30%

Donativos	5 000,00 €	4 000,00 €	1 000,00	25,00%
Quotizações	13 118,36 €	12 372,36 €	746,00	6,03%
Outros não especificados	32 226,54 €	43 926,29 €	-11 699,75	-26,63%
Juros de mora	0,00 €	3 128,64 €	-3 128,64	-100,00%

O valor de outros gastos no montante de 2.564.233,29€ resulta dos Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

23.4.9 – Gastos/Reversões de depreciações e amortizações

Designação	Saldo Final a 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2023	Variação	
			Absoluta	%
Gastos de depreciação e de amortização	1 020 449,44	1 523 891,17	-503 441,73	-33,04%
Ativos fixos tangíveis	975 748,68	1 159 000,94	-183 252,26	-15,81%
Edifícios E O. Construções - Outros	144 221,29	150 048,04	-5 826,75	-3,88%
Equipamento de Transporte - Outros	305 234,07	321 563,09	-16 329,02	-5,08%
Equipamento Básico	419 193,27	490 358,12	-71 164,85	-14,51%
Equipamento administrativo	24 884,48	27 873,43	-2 988,95	-10,72%
Outros Ativos Fixos Tangíveis - Outros	82 215,57	241 210,85	-158 995,28	-65,92%
Ativos fixos intangíveis	44 700,76	364 890,23	-320 189,47	-87,75%

O montante dos gastos com as depreciações e amortizações em 2025 foi de 1.020.449,44€ a que corresponde uma diminuição de 33,04%.

23.4.10 – Juros e Gastos similares

Designação	Saldo Final a 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Juros e Gastos Similares	211 675,84 €	98 557,50 €	113 118,34 €	114,77%
Juros de mora	23,34 €	0,00 €	23,34	100,00%
Juros de financiamentos obtidos	211 652,50 €	98 557,50 €	113 095,00	114,75%

23.4.11 – Impostos sobre o rendimento do período

Designação	Saldo Final a 31.12.2025	Saldo Final 31.12.2024	Variação	
			Absoluta	%
Imposto sobre o rendimento	274 023,62	382 997,75	-108 974,13	-28,45%
Imposto Corrente	274 023,62	382 997,75	-108 974,13	-28,45%

Nas demonstrações financeiras consolidadas, não existe refletida informação adicional que resultassem de acontecimentos após a data do balanço, dado que os mesmos não ocorreram.

24 - Indicadores Económico- Financeiros

Tendo em conta as demonstrações financeiras consolidadas, é feita uma breve análise aos principais indicadores de gestão, nomeadamente os indicadores económico-financeiros. Os indicadores económico-financeiros são ferramentas que medem diferentes aspetos da atividade económica e saúde financeira de uma empresa, neste caso de um grupo autárquico. Eles ajudam a entender a situação atual bem como prever tendências futuras.

Em complemento às demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se alguns indicadores económico-financeiros:

Dimensão	Indicador	2025	2024	2023	2022
Liquidez	Liquidez Geral	1,00	0,77	1,28	2,04
	Liquidez reduzida	1,04	0,75	1,26	2,03
	Liquidez Imediata	0,68	0,43	0,57	1,37

Os rácios de liquidez avaliam a capacidade do Grupo Público para gerar meios líquidos suficientes para satisfazer os compromissos mais exigíveis e manter o normal funcionamento das atividades. Quanto mais elevados forem os valores dos rácios em relação à unidade, maior será a capacidade para cumprir as responsabilidades mais exigíveis.

Em 2025, o Grupo Público apresentou uma melhoria generalizada dos seus indicadores de liquidez face a 2024. A Liquidez Geral atingiu o valor de 1,00, refletindo equilíbrio entre ativos realizáveis e passivos. A Liquidez Reduzida aumentou para 1,04, evidenciando capacidade para satisfazer compromissos de curto prazo sem dependência dos inventários. A Liquidez Imediata registou igualmente uma evolução positiva, passando de 0,43 para 0,68, o que demonstra um reforço da posição de tesouraria e uma maior capacidade de resposta às obrigações imediatas.

Dimensão	Indicador	2025	2024	2023	2022
Rentabilidade	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios	1146,14%	1944,33%	-135,01%	-144,16%
	Taxa de margem Bruta	3410,47%	2564,81%	2852,25%	3102,24%
	Rentabilidade operacional do ativo	293,26%	415,67%	-28,70%	-120,64%

Estes indicadores medem a capacidade dos capitais investidos e da atividade do Grupo Público para gerar rendimentos, são indicadores de eficiência com referência aos resultados operacionais. Valores negativos evidenciam um mau desempenho.

Em 2025, o Grupo Público apresentou uma evolução diferenciada dos seus indicadores de rentabilidade face a 2024. Destaca-se o aumento da Taxa de Margem Bruta, que passou de 2564,81% para 3410,47%, evidenciando uma melhoria na geração de margem sobre as vendas. Contudo, os restantes indicadores registaram reduções, nomeadamente a Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (-41,1%) e a Rentabilidade Operacional do Ativo (-29,4%). Estes resultados sugerem que, apesar da melhoria da margem bruta, o grupo apresentou menor eficiência na conversão dessa margem em resultados operacionais e menor retorno sobre os capitais próprios e ativos utilizados.

Dimensão	Indicador	2025	2024	2023	2022
Atividade	Grau de rotação do ativo	25,59%	21,38%	21,26%	19,07%
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	116	140	132	100
	Prazo Médio de Recebimentos	91	133	179	189
	Prazo Médio de Pagamentos	276	171	122	118
	Prazo Médio de Pagamentos - Programa pagar a tempo e horas	403	175	123	109

Os indicadores de atividade constituem uma análise complementar da liquidez, permite perceber se as políticas de crédito concedidas a clientes e os prazos de pagamento existentes são adequados bem como verificar a eficácia na gestão dos inventários.

O rácio ou indicador de rotação do ativo é um rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência com que a empresa está a utilizar os seus ativos. Quanto maior o valor do rácio de rotação do ativo, maior é a eficiência com que a empresa está a gerar vendas.

Em 2025, o Grupo Público apresentou uma melhoria global dos indicadores de atividade face a 2024. O Grau de Rotação do Ativo aumentou de 21,38% para 25,59%, evidenciando maior eficiência na utilização dos recursos. Simultaneamente, verificou-se uma redução dos prazos médios de inventários e de recebimentos, que passaram para 116 e 91 dias, respetivamente, contribuindo para uma recuperação mais rápida do capital investido. Por outro lado, o prazo médio de pagamentos aumentou para 276 dias, reforçando a posição de tesouraria da empresa. Contudo, o aumento do prazo de pagamentos associado ao programa "Pagar a Tempo e Horas" para 403 dias constitui um aspeto que deverá ser monitorizado, devido aos potenciais impactos na relação com fornecedores e na imagem financeira da organização.

Dimensão	Indicador	2025	2024	2023	2022
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	58,38%	59,03%	72,17%	64,24%
	Solvabilidade	140,29%	144,09%	259,30%	179,68%
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	-680,96%	-1770,07%	1075,18	145802,78
	Endividamento	41,62%	40,97%	27,83%	35,76%

Os indicadores de estrutura financeira medem a composição do capital de uma entidade, indica a utiliza de recursos próprios e de terceiros para financiar a atividade. Mostra o nível de endividamento, solidez e capacidade de pagamento da entidade.

Em 2025, o Grupo Público manteve uma estrutura financeira sólida e equilibrada. A Autonomia Financeira registou uma ligeira redução de 59,03% para 58,38%, refletindo um pequeno aumento do recurso a capitais alheios, confirmado pela subida do Endividamento de 40,97% para 41,62%. A Solvabilidade permaneceu confortável, embora tenha diminuído ligeiramente para 140,29%, demonstrando que os ativos continuam a exceder significativamente o passivo. Destaca-se ainda a melhoria do Grau de Cobertura dos Gastos Financeiros, que passou de -1770,07% para -680,96%, sugerindo uma evolução favorável da capacidade da empresa para suportar os seus encargos financeiros. No conjunto, os indicadores revelam uma posição financeira estável, com níveis de risco controlados e uma estrutura de financiamento predominantemente suportada por capitais próprios.

Aprovação do Relatório e Contas Consolidadas

Submete-se o presente Relatório e Contas Consolidadas à aprovação do Conselho Diretivo, nos termos do artigo 76º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Após a sua aprovação, o mesmo deve ser submetido a apreciação e votação da Assembleia Intermunicipal, nos termos do nº 2, do artigo 76º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, alterada pelo Artº 7-C da Lei nº 7/2020 de 7 de maio.

Lousada, em 18 de junho de 2026.

Chefe Equipa Multidisciplinar
Administrativa e Financeira

(Maria de Fátima Fonseca)

O Secretário-Geral

(Luís Monteiro)

Órgão Executivo

Em ____ de ____ de ____

Órgão Deliberativo

Em ____ de ____ de ____
